

JUDICIÁRIO

Esta semana o Supremo Tribunal Federal (STF) inicia o julgamento de seis réus do segundo núcleo envolvido nos planos para eliminar o presidente Lula

Trama golpista chega na reta final

» IAGO MAC CORD

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciará, na próxima terça-feira, o julgamento de seis réus que integram o chamado núcleo 2 da trama golpista, acusado de ser o responsável pelo “gerenciamento de ações” da organização. Esse é o último grupo a ser julgado. Outros 24 envolvidos na trama já foram condenados pela turma até o momento.

As ações centrais contra os seis réus envolvem a elaboração da “minuta do golpe”, o monitoramento e a proposta de “neutralização” violenta de autoridades, além da articulação dentro da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para dificultar o voto de eleitores na Região Nordeste durante as eleições de 2022.

O julgamento, que trata da Ação Penal (AP) 2693, ocorrerá em quatro datas reservadas pelo presidente da turma, ministro Flávio Dino: dias 9, 10, 16 e 17 deste mês. O pedido de pauta foi feito pelo relator da ação, ministro Alexandre de Moraes, após o encerramento da fase de instrução processual.

Os réus que compõem o grupo são: Fernando de Sousa Oliveira, delegado da Polícia Federal (PF) e ex-secretário da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; Felipe Garcia Martins, ex-assessor internacional da presidência da República na gestão de Jair Bolsonaro; Marcelo Costa Câmara, coronel da reserva do Exército e ex-assessor da presidência de Bolsonaro; Marília Ferreira, delegada e ex-diretora de Inteligência

da PF; Mário Fernandes, general da reserva do Exército; e Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da PRF.

Juntos, eles respondem pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

As condenações anteriores vieram de: oito réus do núcleo 1 (único com trânsito em julgado), formada pelo ex-presidente Bolsonaro e mais sete ex-integrantes do governo, considerada o núcleo crucial responsável pelo planejamento e articulação dos atos; nove réus do núcleo 3, acusado de atuar para a ruptura institucional, incluindo planos para monitorar e até assassinar autoridades; e sete condenados

do núcleo 4, chamado de núcleo da desinformação.

O STF considerou comprovada a atuação de uma organização criminosa que agiu para minar a confiança nas urnas, pressionar militares, usar a máquina pública contra adversários — envolvendo espionagem ilegal e disseminação de dados falsos — e traçar planos golpistas que previam prisão e morte de autoridades. Tais atos teriam culminado nos ataques de 8 de Janeiro.

As penas definidas pela Corte variam de um ano e 11 meses a 27 anos e três meses de prisão. A maior pena foi aplicada a Jair Bolsonaro, considerado o líder da organização criminosa. Até o momento, o único absolvido foi o general Estevam Cals Theophilo, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército

NÚCLEO 1 (CRUCIAL)			
RÉU	CARGO (NA ÉPOCA/GESTÃO)	PENA	DETALHES
Jair Bolsonaro	Presidente ser considerado o líder da organização	27 anos e três meses	Maior pena aplicada por
Walter Braga Netto	Ministro da Defesa e candidato a vice-presidente	26 anos	—
Almir Garnier	Comandante da Marinha	24 anos	—
Anderson Torres	Ministro da Justiça	24 anos	—
Augusto Heleno	Ministro do Gabinete de Segurança Institucional	21 anos	—
Paulo Sérgio Nogueira	Ministro da Defesa	19 anos	—
Alexandre Ramagem	Diretor da Agência Brasileira de Inteligência	16 anos, um mês e 15 dias	Foragido da Justiça
Mauro Cid do presidente	Ajudante de ordens em regime aberto	Dois anos de reclusão premiada com a PF	Fechou acordo de delação
NÚCLEO 3			
RÉU	CARGO (NA ÉPOCA/GESTÃO)	PENA	DETALHES
Hélio Ferreira Lima	Tenente-coronel do Exército	24 anos	—
Rafael Martins	Tenente-coronel do Exército	21 anos	—
Rodrigo Bezerra	Tenente-coronel do Exército	21 anos	—
Wladimir Matos	Agente da PF	21 anos	Perda do cargo de agente da PF decretada
Bernardo Romão	Coronel do Exército	17 anos	—
Sérgio Ricardo Cavaliere	Tenente-coronel do Exército	17 anos	—
Fabrício Moreira	Coronel do Exército	16 anos	—
Márcio Nunes de Resende	Coronel do Exército	Três anos e cinco meses para crimes de menor gravidade	Conduta desclassificada
Ronald Ferreira	Tenente-coronel do Exército	Um ano e 11 meses	Conduta desclassificada
Estevam Theophilo	General da reserva do Exército	Absolvido	Único réu absolvido até o momento
NÚCLEO 4			
RÉU	CARGO (NA ÉPOCA/GESTÃO)	PENA	DETALHES
Ângelo Denicoli	Major da reserva do Exército	17 anos	—
Reginaldo Abreu	Coronel do Exército	15 anos e seis meses	—
Marcelo Bormevet	Agente da PF da PF decretada	14 anos e seis meses	Perda do cargo de agente
Giancarlo Rodrigues	Subtenente do Exército	14 anos	—
Ailton Moraes	Major do Exército	13 anos e seis meses	—
Guilherme Almeida	Tenente-coronel do Exército	13 anos e seis meses	—
Carlos Rocha	Presidente do Instituto Voto Legal	Sete anos e seis meses	—



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Lula na Sapucaí, o “dedazo” de Bolsonaro e o desfile do “bloco de sujos”

Não é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não mereça um enredo de escola de samba, sua vida romanescaserve até para a teledramaturgia. Mas a estreia da Acadêmicos de Niterói no Grupo Especial em 2026, conduzindo pela Sapucaí um enredo que celebra sua trajetória pessoal é um caso típico de culto à personalidade, que só não é comparável ao estilo norte-coreano porque lá a sociedade foi militarizada e, aqui, é carnaval. Não seria nada mais justo, se 2026 não fosse um ano eleitoral.

A avenida transforma líderes em alegorias, memórias em canto coletivo, e contradições nacionais em poesia. O processo político não é um desfile na Sapucaí, porém as escolas de samba nos dão um ensinamento precioso para a política, que nos faz muita falta nesse momento de estresse entre os Poderes. Toda grande escola, para desfilar na avenida, precisa de um diretor de Harmonia, alguém capaz de garantir que o conjunto avance sem “atravessar” o samba e abrir grandes espaços na pista.

O enredo sobre Lula — o menino do agreste que subia no pé de mulungu para enxergar esperança — ilumina a dimensão simbólica de sua biografia. A escola rememora a seca, o pau de arara, o sindicalismo sob a ditadura, a viuvez, a ascensão política e o pacto social que moldou sua liderança. Tudo embalado pela fantasia coletiva que faz do desfile uma narrativa. Na política real, porém, Lula está acossado por uma conjuntura menos lírica: tensão aberta com o Senado, ruídos com o Judiciário e um Legislativo em crescente rebeldia. Falta harmonia.

O diretor de Harmonia, figura central no carnaval, não rege a bateria — isso cabe ao mestre. Ele rege algo mais complexo: o espírito da escola. Acompanha alas, controla o fluxo, mantém o canto vivo, evita buracos no desfile, corrige desalinhamentos antes que virem tragédia. Sua missão é assegurar concordância entre partes diversas e evitar que pequenos conflitos entre suas alas comprometam a escola inteira. Na política, um sistema de pesos e contrapesos preserva a cooperação institucional, porém em harmonia. A independência entre os Poderes parece ter perdido esse equilíbrio silencioso e não tem um líder que o restabeleça.

Ao impor barreiras inéditas à abertura de processos de impeachment contra seus ministros, o Supremo Tribunal Federal age para se blindar da pressão externa provocada pela radicalização política e pelo uso abusivo desses pedidos como instrumento de chantagem. O Senado, por sua vez, reage e dobra a aposta ao discutir mandatos fixos para ministros, mudanças no quórum para abertura de processos e uma reforma profunda da Lei do Impeachment. Executivo, Legislativo e Judiciário, menos de um ano antes das eleições, perdem pontos nos quesitos equilíbrio, previsibilidade e respeito recíproco. Em vez de desfile, temos uma marcha para o caos.

As cacofonias

Se de um lado falta harmonia entre os Poderes, sobra cacofonia no campo da oposição. A prisão preventiva de Jair Bolsonaro não destruiu sua influência, porém reduziu sua “sombra de futuro”. Mesmo inelutável e encarcerado, Bolsonaro segue determinados movimentos, arbitra candidaturas e condiciona estratégias. A escolha de Flávio Bolsonaro (RJ) como “candidato do PL” para 2026, anunciada na própria Superintendência da Polícia Federal, é o típico “dedazo” latino-americano, no qual o líder indica, sem consulta interna, seu herdeiro político. O gesto preserva seu espólio eleitoral na figura do seu primogênito, mas desarticula a direita do país.

Os governadores Ronaldo Caiado (União-GO), Romeu Zema (Novo-MG), Ratinho Júnior (PSD-PR) e Eduardo Leite (PSD-RS) mantêm suas pré-candidaturas, não aceitam a imposição familiar. Michelle Bolsonaro (PL), ao apoiar Flávio, tenta manter a unidade simbólica do clã Bolsonaro. Valdemar Costa Neto, preocupado com a sobrevivência do capital eleitoral do bolsonarismo, preferiria Michelle, mas já oficializou a candidatura de Flávio, para conter a evasão de parlamentares do PL para outras legendas.

A prisão de Bolsonaro encurtou o horizonte da cooperação entre os pré-candidatos. Governadores e parlamentares já se perguntavam se valia a pena manter a espera pela bênção do líder encarcerado. O establishment da direita começava a compor seus próprios enredos. O “viver e deixar viver” que mantinha o equilíbrio entre os opositonistas acabou. Tarcísio de Freitas é a grande esfinge desse tabuleiro.

Sua própria “sombra de futuro” ameaçava o frágil pacto da oposição: se for candidato, pode frustrar o projeto da família Bolsonaro por uma década; se não for, nada arrisca, mantém-se como governante forte de São Paulo, mirando 2030. Flávio não tem a obsessão do pai, cumpre uma tarefa; Tarcísio é mais ambicioso. Somente quando terminar o prazo para desincompatibilização dos cargos públicos saberemos se a candidatura do primogênito de Bolsonaro é para valer ou apenas uma cortina de fumaça para tirar Tarcísio do sereno e transformá-lo em “tertius” da oposição.

Lula enfrenta seu próprio teste de harmonia. O PT não consegue ou não quer ampliar suas alianças, o governo mantém uma queda de braços com Alcolumbre, perde capacidade de articulação na Câmara, vê o STF tomar decisões que moldam o ambiente institucional e precisa administrar uma oposição que, mesmo dividida, carrega ainda o peso simbólico do bolsonarismo. Não há, na conjuntura política brasileira, quem faça o papel do diretor de Harmonia. Poderes, partidos, governadores, base e oposição carnavaalizam a política e se movimentam como se fossem o “bloco de sujos” da elite política do país.